

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO**  
**CARGO DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO**  
**FEDERAL (MPCDF)**  
**EDITAL Nº 8 – TCDF – PROCURADOR, DE 13 DE MARÇO DE 2025**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E O PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, tornam públicos os **tópicos específicos dos objetos de avaliação das provas discursivas**, referentes ao concurso público para o provimento de uma vaga e a formação de cadastro de reserva no cargo de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

Tornam pública, ainda, em obediência ao disposto no subitem 10.4 do Edital nº 1 – TCDF – Procurador, de 2 de agosto de 2024, e suas alterações, e da divulgação dos tópicos mencionados, a **retificação do Cronograma Previsto – Anexo I** do referido edital, conforme a seguir especificado.

## **1 DOS TÓPICOS ESPECÍFICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA**

### **1.1 PROVA DISCURSIVA (P<sub>2</sub>)**

**CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL:** 7 Fiscalização do Tribunal de Contas do Distrito Federal. 7.1 Iniciativa. 7.1.1 Própria 7.1.2 Denúncia. 7.1.3 Representação. 7.2 Instrumentos de fiscalização. 7.2.1 Levantamento. 7.2.2 Auditoria. 7.2.3 Inspeção. 7.2.4 Acompanhamento. 7.2.5 Monitoramento. 7.3 Objeto da fiscalização. 7.3.1 Atos e contratos. 7.3.2 Transferências constitucionais e legais. 7.3.3 Convênios, acordos, parcerias, ajustes e outros instrumentos congêneres. 7.3.4 Aplicação de subvenções, auxílios e contribuições. 7.3.5 Arrecadação da receita. 7.3.6 Renúncia de receitas. 10 Ministério Público junto ao TCDF. 10.1 Competência, organização e composição. 10.2 Forma de investidura, regime jurídico, direitos, prerrogativas e vedações dos membros. 11 Legislação. 11.1 Constituição Federal. 11.2 Lei Orgânica do Distrito Federal. 11.3 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal. 11.4 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

**DIREITO CONSTITUCIONAL:** 3 Constituição Federal de 1988. 3.1 Princípios fundamentais. 3.2 Direitos e garantias fundamentais. 3.2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 3.2.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 3.2.3 Direitos sociais. 3.2.4 Direitos políticos. 3.2.5 Partidos políticos. 3.3 Organização do Estado. 3.3.1 Organização político-administrativa. 3.3.2 Estado federal brasileiro. 3.3.3 A União. 3.3.4 Estados federados. 3.3.5 Municípios. 3.3.6 O Distrito Federal. 3.3.7 Territórios. 3.3.8 Intervenção federal. 3.3.9 Intervenção dos estados nos municípios. 3.4 Administração pública. 3.4.1 Disposições gerais. 3.4.2 Servidores públicos. 3.5 Organização dos poderes no Estado. 3.5.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 3.5.2 Poder Legislativo. 3.5.3 Poder Executivo. 3.5.4 Poder Judiciário. 3.5.4.1 Regime de precatórios. 3.6 Funções essenciais à Justiça. 3.6.1 Ministério Público. 3.6.2 Advocacia pública. 3.6.3 Defensoria Pública. 3.7 Controle da constitucionalidade. 3.7.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 3.7.2 Controle incidental ou concreto. 3.7.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 3.7.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas. 3.7.5 Ação declaratória de constitucionalidade. 3.7.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 3.7.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 3.7.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 3.7.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. 3.7.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal. 3.8 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 3.9 Sistema Tributário Nacional. 3.9.1 Princípios gerais. 3.9.2 Limitações do poder de tributar. 3.9.3 Impostos da União, dos estados e dos municípios. 3.9.4 Repartição das receitas tributárias. 3.10 Finanças públicas. 3.10.1 Normas gerais. 3.10.2 Orçamentos. 3.11 Ordem econômica e financeira. 3.11.1 Princípios gerais da atividade econômica. 3.11.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 3.12 Sistema Financeiro Nacional. 3.13 Ordem social.

**DIREITO CIVIL:** 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). 16 Responsabilidade civil.

**DIREITO PROCESSUAL DE CONTAS:** 11 Natureza e conteúdo do parecer prévio do tribunal de contas do Distrito Federal. 12 Apreciação de contas prestadas anualmente pelo governador do Distrito Federal. 22 Incidentes de inconstitucionalidade, prejudgados e súmulas de jurisprudência.

### **1.2 PROVA DISCURSIVA (P<sub>3</sub>)**

**DIREITO ADMINISTRATIVO:** 10 Licitações. 10.1 Legislação pertinente. 10.1.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 10.1.2 Decreto nº 11.462/2023. 10.1.3 Fundamentos constitucionais. 10.2 Disposições doutrinárias. 10.2.1 Conceito. 10.2.2 Objeto e finalidade. 10.2.3 Destinatários. 10.2.4 Princípios. 10.2.5 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 10.2.6 Modalidades. 10.2.7 Tipos. 10.2.8 Procedimento. 10.2.9 Anulação e revogação. 10.2.10 Sanções administrativas. 11 Contratos administrativos. 11.1 Responsabilidade contratual. 11.2 Legislação pertinente. 11.2.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 11.2.2 Lei nº 11.107/2005 e suas alterações e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos). 11.3 Disposições doutrinárias. 11.3.1 Conceito. 11.3.2 Características. 11.3.3 Vigência. 11.3.4 Alterações contratuais. 11.3.5 Execução, inexecução e rescisão. 11.3.6 Convênios e instrumentos congêneres. 11.3.7 Consórcios públicos. 12 Controle da administração pública. 12.1 Conceito. 12.2 Controle exercido pela administração pública. 12.3 Controle legislativo. 12.4 Controle judicial. 12.5 Controle da administração pública pelo Tribunal de Contas. Controle social. Limites e perspectivas do controle. 12.6 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações. 12.7 Lei Distrital nº 6.112/2018 e suas alterações. 12.8 Decreto Distrital nº 40.388/2020.

**DIREITO DO TRABALHO:** 6 Contrato individual de trabalho. 6.1 Conceito, classificação e características. 9 Rescisão do contrato de trabalho. 9.1 Justa causa. 9.2 Rescisão indireta. 9.3 Dispensa arbitrária. 9.4 Culpa recíproca. 9.5 Indenização. 12 Duração do trabalho. 12.1 Jornada de trabalho. 12.2 Períodos de descanso. 12.3 Intervalo para repouso e alimentação. 12.4 Descanso semanal remunerado. 12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 12.6 Sistema de compensação de horas. 14 Salário e remuneração. 14.1 Conceito e distinções. 14.2 Composição do salário. 14.3 Modalidades de salário. 14.4 Formas e meios de pagamento do salário. 14.5 13º salário. 15 Salário-mínimo. 15.1 Irredutibilidade e garantia. 17 Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS).

**DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO:** 1 Direito financeiro. 1.1 Conceito e objeto. 1.2 Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. 5 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal). 5.1 Planejamento. 5.2 Receita pública. 5.3 Despesa pública. 5.4 Transferências voluntárias. 5.5 Destinação de recursos públicos para o setor privado. 5.6 Dívida e endividamento. 5.7 Gestão patrimonial. 5.8 Transparência, controle e fiscalização. 5.9 Disposições preliminares, finais e transitórias.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO:** 3 Regime geral de previdência social. 4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos. 8 Lei nº 7.289/1984 e suas alterações; Lei nº 7.479/1986 e suas alterações; Lei nº 8.212/1991 e suas alterações, Lei nº 8.213/1991 e suas alterações; Lei nº 9.717/1998 e suas alterações; Lei nº 10.486/2002 e suas alterações; Lei nº 10.887/2004; Lei nº 12.086/2009 e suas alterações; Lei Complementar Distrital nº 769/2008 e suas alterações e Lei Complementar nº 51/1985 e suas alterações.

## **2 DA RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA PREVISTO DO ANEXO I DO EDITAL Nº 1 – TCDF – PROCURADOR, DE 2 DE AGOSTO DE 2024, E SUAS ALTERAÇÕES**

[...]

### **ANEXO I CRONOGRAMA PREVISTO**

[...]	[...]
<b>Divulgação do edital de resultado final na avaliação biopsicossocial e no procedimento de heteroidentificação</b>	14/3/2025

<b>Divulgação do edital de convocação para as provas discursivas</b>	<b>5/5/2025</b>
<b>Aplicação das provas discursivas – P<sub>2</sub></b>	<b><u>18/5/2025</u></b>
Divulgação do padrão preliminar de respostas das provas discursivas	<b>20/5/2025</b>
Prazo para a interposição de recurso contra o padrão preliminar de respostas das provas discursivas	<b>21/5 a 27/5/2025</b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
<b>Aplicação das provas discursivas– P<sub>3</sub></b>	<b><u>25/5/2025</u></b>
Divulgação do padrão preliminar de respostas das provas discursivas	<b>27/5/2025</b>
Prazo para a interposição de recurso contra o padrão preliminar de respostas das provas discursivas	<b>28/5 a 3/6/2025</b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado provisório nas provas discursivas e <b>divulgação do padrão definitivo</b>	<b>24/6/2025</b>
Prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório nas provas discursivas	<b>25/6 a 1º/7/2025</b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado final nas provas discursivas e referentes à terceira etapa – <b>Inscrição definitiva (análise de documentação para fins de inscrição definitiva; exames de higidez física; e mental e sindicância de vida pregressa e investigação social)</b>	<b>17/7/2025</b>
<b>Período para <i>upload</i> da documentação referentes à terceira fase (inscrição definitiva, exames de higidez física e mental e sindicância de vida pregressa e investigação social)</b>	<b><u>18/7 a 1º/8/2025</u></b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do resultado provisório na terceira fase (inscrição definitiva, exames de higidez física e mental e sindicância de vida pregressa e investigação social)	<b>19/8/2025</b>
Prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório na terceira fase (inscrição definitiva, exames de higidez física e mental e sindicância de vida pregressa e investigação social)	<b>20 a 26/8/2025</b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado final terceira fase (inscrição definitiva, exames de higidez física e mental e sindicância de vida pregressa e investigação social) e de convocação para a prova oral	<b>12/9/2025</b>
<b>Aplicação da prova oral</b>	<b><u>21/9/2025</u></b>

Divulgação do resultado provisório na prova oral	<b>3/10/2025</b>
Prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório na prova oral	<b>8 a 14/8/2025</b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado final na prova oral e de resultado provisório na avaliação de títulos	<b>28/10/2025</b>
Prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório na avaliação de títulos	<b>29/10 a 4/11/2025</b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado final na avaliação de títulos e de convocação para o desempate de notas (se houver empates)	<b>18/11/2025</b>
<b>Período para <i>upload</i> da documentação para o desempate de notas</b>	<b><u>19 e 20/11/2025</u></b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do resultado provisório no desempate de notas	<b>26/11/2025</b>
Prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório no desempate de notas	<b>27 e 28/11/2025</b> Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado final no desempate de notas e de resultado final no concurso público	<b>4/12/2025</b>

[...]

**DEMÓSTENES TRES ALBQUERQUE**  
PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCDF

**MANOEL DE ANDRADE**  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL